



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 42ª
(QUADRAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 17 DE MAIO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Declaro aberta a presente sessão ordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada, sem observações, a seguinte:

– Ata da 40ª Sessão Ordinária. (Pausa.)

A Presidência vai suspender os trabalhos durante cinco minutos por não se verificar o *quorum*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h54min, a sessão é reaberta às 16h55min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Está reaberta a presente sessão.

Há *quorum* regimental.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente aqui, assessores, é impressionante como o Governo Temer avança sobre a retirada de direito dos trabalhadores. Eu estou absolutamente estupefado com o cenário que vem se desenhando.

Por último, até um ex-colega, o Deputado Ricardo Barros, realmente um Parlamentar bastante preparado academicamente, que assumiu a cadeira da saúde, propôs uma redução do leque de direito que o Sistema Único de Saúde possibilita ao povo brasileiro, alegando a impossibilidade do alcance dessa proposta para o povo pela envergadura de custo que representa.

Paralelamente a isso, ouvimos o novo Ministro da Educação já pré-anunciar que é favorável à cobrança, nas universidades públicas federais, do pagamento das anuidades ou mensalidade dos estudantes. Eu fico bastante apreensivo, até porque, estou vendo um certo silêncio do movimento estudantil – permitam-me a liberdade – diante da avalanche de retirada de direitos a que nós estamos assistindo.

Mas o mais agressivo, por último, foi esse desmentido que o Presidente da República fez ao novo Ministro da Justiça. Aí não envolve questão remuneratória, envolve questão conceitual. Criticaram o Partido dos Trabalhadores e continuam criticando por muita coisa, mas veja bem, Deputada Liliane Roriz, nossa Vice-Presidente aqui, os ministérios públicos estaduais ou federais, ao longo da história, tiveram um processo de ingerência política extremamente grande. Nós vimos no período dos treze anos do governo do PT, com o Presidente Lula e com a Presidenta Dilma, que os procuradores-gerais da República – desde Cláudio Fonteles, Procurador-Geral do Ministério Público nos anos de 2003 para cá – foram indicados em lista triplíce, da qual era escolhido o mais votado. Agora vemos o novo ministro apresentando outro conceito de seleção de procuradores-gerais da República e de procurador-geral dos ministérios públicos de uma maneira geral.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Eu fiquei absolutamente perplexo porque o novo Presidente, um presidente que não foi eleito com o voto da população, mas veio por tabela, indiretamente – não deixou de ser uma eleição –, demorou até a se manifestar. S.Exa. é da área. Todos nós sabemos que o Presidente Temer é professor de Direito Constitucional, tem publicações nessa área, é um homem da letra jurídica altamente preparado. Ninguém retira dele esse mérito. Eu particularmente me sinto bem à vontade porque, como ele, sou filho de libanês – minha mãe é libanesa e os pais dele também são. Mas nós não podemos concordar com certos procedimentos que começam a reintroduzir métodos passados.

Eu quero lembrar aqui, Deputada Liliane Roriz, o famoso Geraldo Brindeiro. O Geraldo Brindeiro esteve quatro mandatos à frente da Procuradoria-Geral da República. Numa das vezes em que foi nomeado Procurador-Geral da República, ele era o sétimo da lista. Além disso, havia acusações de prevaricação, como também de corrupção na época do governo Fernando Henrique. Ele foi notoriamente conhecido por nós como engavetador da República.

Portanto, eu quero apresentar uma moção a esta Casa para que o Governo Federal reafirme a continuidade do Sistema Único de Saúde e a não cobrança das universidades federais no Brasil. É um retrocesso para a nossa educação. Eu pensava que o novo ministro... O mais grave, Deputada Liliane Roriz, ainda retornando a essa questão do SUS, é que a primeira visita do novo ministro não foi a um centro de saúde, que poderia ter sido até aqui em Brasília, ali no Sol Nascente, em Ceilândia, onde está a maior UPA que nós temos. Poderia ser a um desses locais, mas foi a um centro de medicina privada em São Paulo. Ora, em São Paulo, ele se reuniu com a elite da medicina do País. E, a partir daí, é manchete principal da *Folha de São Paulo*: ele quer reapresentar um novo conceito para o Sistema Único de Saúde.

Agora, ele vai enfrentar uma forte oposição, porque os conselhos de saúde não são de se vergar. Os conselhos de saúde, nas nossas cidades, nos diferentes municípios, não recuarão de uma conquista do povo brasileiro. Há problemas? Acho que há muitos problemas, mas não é em função dos problemas que nós temos que nós vamos recuar. O que nós temos que fazer é aperfeiçoar o sistema, tirar as gorduras. É verdade, nós temos que tirar as gorduras absolutamente desnecessárias.

Outra preocupação que eu ainda queria registrar, Deputada Liliane Roriz, é sobre a questão da Previdência Social. Eu fiquei absolutamente estupefocado. Não sei se é porque eu trabalhei na Previdência, tive o privilégio de trabalhar na Previdência do Brasil. A Previdência deixa de ser ministério e passa a se incorporar, pela primeira vez, ao Ministério da Fazenda. Ora, se vamos discutir previdência, os direitos dos trabalhadores, os direitos previdenciários sob a ótica da Fazenda, qual é a conclusão que tiramos? Qual é a conclusão que cada cidadão vai tirar? Que haverá retirada de direitos. Ora, a Previdência brasileira, hoje, é um referencial no mundo! Ela é um modelo que foi construído a partir de uma proposta alemã alternativa diante dos modelos que existiam até então. Ela tem um alcance não apenas para a aposentação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

do trabalhador, mas também tem um procedimento de benefícios, seja por acidente de trabalho, por problema de saúde, por “n” fatores. Agora, você retira uma conquista da população, retira algo que é precioso por conta de uma questão financeira e contábil.

Ora, eu creio que nós temos que repensar várias contas. Nisto o governo está correto: pensar uma revisão nas contas. Eu não estou tirando aqui a responsabilidade que o Presidente tem de fazer cortes onde eles precisam ser feitos, mas S.Exa. não deve retirar direitos dos trabalhadores. Ainda assim, S.Exa. diz que está discutindo com centrais sindicais. Eu não sei que centrais sindicais são essas com as quais S.Exa. discute e não aparece a opinião delas, só aparece opinião do governo. Muito obrigado.

(Assume a Presidência Deputada Telma Rufino.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso, pela Liderança do PTN.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, membros da imprensa aqui presentes, hoje eu quero tratar de um tema que foi debatido nesta Casa no ano passado: o Plano Distrital de Educação.

E, por falar em educação, eu quero aqui demonstrar não só a minha solidariedade, mas o meu compromisso com os professores e com os aposentados que têm o direito de receber as pecúnias da licença prêmio e que até hoje não receberam. Eles estão aqui, na realidade, Deputado Chico Vigilante e Deputado Wasny de Roure, reivindicando não só um direito, mas um compromisso que foi feito pelo Governador ano passado. E eu tenho certeza de que o Governador irá atender.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa., Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu até peço desculpas porque, na minha fala, não me referi a esse tema. Eu queria aproveitar esse aparte para falar da compreensão que a Presidenta da Casa teve de solicitar uma conversa com o Governador e com a Governança sobre esse tema.

Creio que é uma iniciativa extremamente importante, além da moção que deveremos votar no dia de hoje, mas um compromisso com aqueles que deixaram de gozar as licenças prêmios com a sua família, prejudicando o crescimento dos filhos e não lhes dando a oportunidade de ter a companhia de pai e de mãe, e que, na hora de se aposentarem, têm negado seu direito de ter aquele tempo ressarcido, seja um servidor lá no hospital, seja um professor lá em uma sala de aula.

Portanto, é absolutamente inadmissível esse jogo de contabilidade que se faz com aqueles que deram o melhor da sua saúde para a educação, para a saúde em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

nosso país. Parabéns, Deputado Delmasso. Conte também com a nossa contribuição nesse processo de dialogar com o governo e de pressionar o governo.

DEPUTADO DELMASSO – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Wasny de Roure.

Tenho certeza de que o Governador Rodrigo Rollemberg vai sensibilizar o seu Secretário de Governança para que, de imediato, faça o pagamento daqueles que têm o direito para 2015 e para 2016.

O Plano Distrital de Educação, ano passado, foi debatido nesta Casa. Eu e os Parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica fomos autores de emendas que retiravam a questão de ideologia de gênero, por entender, Deputada Telma Rufino, que a ideologia de gênero era nociva às crianças.

Quero aqui ler um manifesto assinado pela Associação dos Pediatras dos Estados Unidos, que, no último dia 21 de março, orientou, pediu a orientação, na realidade, deu a orientação, tanto aos parlamentares, quanto aos legisladores e educadores do mundo todo, de que a ideologia de gênero é nociva às crianças em todos os aspectos.

Ela apresenta oito pontos – eu gostaria de pedir a vênua de V.Exas. para ler esses oito pontos – justificando as emendas que nós apresentamos no ano passado e que foram aprovadas neste plenário por maioria simples, respeitando aqueles, obviamente, que são contrários. Mas, na realidade, a defesa que nós fizemos neste plenário e que fizemos aqui neste Parlamento foi, justamente, que a ideologia de gênero é nociva às crianças.

Aqui, a Associação dos Pediatras dos Estados Unidos diz que a sexualidade humana é um traço biológico binário, objetivo, xy e xx. São marcadores genéticos de saúde e não de um distúrbio. A norma para um *design* humano é concebida ou como macho ou como fêmea. A sexualidade humana é binária por *design*, como óbvio propósito da reprodução e do florescimento da nossa espécie. Esse princípio é autoevidente. Os transtornos, extremamente raros, de diferenciação sexual, as DDS, são todos desvios identificáveis pela medicina, de norma binária sexual, e são justamente reconhecidos como distúrbios do *design* humano. Indivíduos com DDS não constituem um terceiro sexo.

2. Ninguém nasce com um gênero, todos nascem com um sexo biológico. O gênero (uma consciência e percepção de si mesmo como homem ou mulher) é um conceito sociológico e psicológico, não um conceito biológico objetivo. Ninguém nasce com uma consciência de si mesmo, como masculino ou feminino; essa consciência se desenvolve ao longo do tempo e, como todos os processos de desenvolvimento, pode ser descarrilhada por percepções subjetivas, relacionamentos e experiências adversas da criança desde a infância. Pessoas que se identificam como “se sentindo do sexo oposto” ou “em algum lugar entre os dois sexos” não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

compreendem o terceiro sexo. Elas permanecem homens biológicos ou mulheres biológicas.

3. A crença de uma pessoa de que ela ou ele é algo que não é trata-se, na melhor das hipóteses, de um sinal de pensamento confuso. Quando um menino biologicamente saudável acredita que é uma menina ou uma menina biologicamente saudável acredita que é um menino, um problema psicológico ou até um distúrbio sociológico existe, que está na mente e não no corpo, e deve ser tratado como tal. Essas crianças sofrem de Disforia de Gênero – DG, anteriormente chamada de Transtorno de Identidade de Gênero – TIG, que é um transtorno mental reconhecido pela mais recente edição do Manual de Diagnóstico e Estatística da Associação Psiquiátrica Americana. E este manual é aceito em todo o mundo. As teorias psicodinâmicas e sociais de DG e TIG nunca foram refutadas.

Por fim, aqui eu quero citar o item 8. Condicionar as crianças a acreditar que uma vida inteira de personificação química e cirúrgica do sexo oposto é normal e saudável é abuso infantil. Endossar a discordância de gênero como natural, através da rede pública de educação e de políticas legais, irá confundir as crianças e os pais, levando mais crianças a serem apresentadas às “clínicas de gênero”, onde lhes serão dados medicamentos bloqueadores da puberdade. Isso, por sua vez, praticamente garante que eles vão “escolher” uma vida inteira de hormônios cancerígenos e tóxicos do sexo oposto, além de levar em conta a possibilidade da mutilação cirúrgica desnecessária de partes saudáveis do seu corpo, quando forem jovens adultos.

Assina a Dra. Michelle Cretella, Presidente da Associação Americana de Pediatras.

Essa nota, na realidade, nos leva a crer que esta Casa tomou atitude correta em aprovar as 37 emendas, retirando a questão da ideologia de gênero do Plano Distrital de Educação. Acertou quando trata as igualdades, trata a questão das diferenças na questão do respeito social, mas nós não podemos ensinar para uma criança que nasce psicologicamente menino que ela tem o direito de, a qualquer momento, se mutilar e se transformar em uma menina. Isso é disfunção biológica, que é o que nós defendemos aqui – e fomos rechaçados por alguns movimentos, inclusive alguns movimentos nos chamaram de homofóbicos. Eu quero deixar bem claro que homofobia é ter fobia de homossexuais. Nós não temos fobia de ninguém. Nós queremos fazer um debate responsável nesta Casa, que respeite o direito de todos de se expressarem da melhor forma possível, mas precisamos respeitar a identidade biológica das pessoas.

Ensinar uma criança, na sala de aula, que ela pode trocar de sexo a qualquer momento é abuso infantil, é violência à família, é uma atitude inconstitucional. A Constituição Federal, no seu artigo 227, estabelece quais são os direitos da família, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

o Estatuto da Criança e do Adolescente também estabelece quais são os seus direitos.

E, para finalizar, o nosso mandato estará aqui para defender os valores e os princípios da família, para que todos sejam respeitados, principalmente aqueles que defendem a família tradicional.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Reginaldo Veras.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Deputado Delmasso, eu gostaria de fazer um aparte. V.Exa. me permita fazê-lo fora da natureza regimental. Sempre lembro que fizemos aqui um debate muito civilizado e bastante fervoroso, mas lembro também que, em nenhum momento, o Plano Distrital de Educação falava em ideologia de gênero. Lá falava em gênero. V.Exa. e seu grupo tiveram uma compreensão, o meu grupo teve outra, e nós ficamos aqui em um debate de nomenclatura. Não constava, no Plano Distrital de Educação, a expressão “ideologia de gênero”, constava “gênero”. E eu deixei claro aqui que era entendido como masculino e feminino, assim como sempre aconteceu. Entendo a posição de V.Exa. Eu poderia trazer aqui dez pontos contradizendo o que V.Exa. disse. Esse é um debate que a sociedade brasileira e mundial fará por muito tempo. Respeito demais a forma como V.Exa., com ênfase, defende as questões, mas estamos sempre prontos para o debate.

Parabéns, Deputado Delmasso!

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui, hoje, porque estou muito impressionado com os primeiros cinco dias desse governo provisório, o Governo Temer. Estou muito impressionado, porque passamos praticamente um ano e cinco meses dizendo que a Oposição neste País queria dar um golpe. Muita gente, nas ruas, inclusive alguns Deputados aqui, falou que não era um golpe, era um *impeachment* legal, porque a presidente cometeu crimes. A Oposição foi muito inteligente, porque ela passou o tempo inteiro dizendo que o problema, no nosso país, era a corrupção, a questão econômica e que a Presidente Dilma havia cometido um crime. Ora, nós cansamos de falar: é um golpe. E está claro. Nos primeiros cinco dias, as medidas que este governo tem tomado é um golpe, e não é um golpe apenas contra a Presidente Dilma ou contra um partido político – no caso, o PT –, é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

um golpe contra os trabalhadores deste país, é um golpe contra as minorias, contra os estudantes, contra as mulheres, contra os aposentados.

Quero me solidarizar com os aposentados presentes na galeria, servidores públicos da educação. Espero que o Governador cumpra o acordo que fez com os servidores e com esta Casa e pague imediatamente o que é devido aos trabalhadores. Fica aqui a minha solidariedade e o meu apoio, para que isso seja resolvido o mais rápido possível.

Acho também que é um golpe aos movimentos sociais. Até o SUS. Hoje o Ministro da Saúde disse que o SUS terá de ser revisto, que não tem condições de mantê-lo e precisa privatizar alguns setores; um golpe também contra os mais pobres, na medida em que ameaça acabar com projetos importantes de inclusão social por este País afora; um golpe contra a cultura, na medida em que acaba com um dos ministérios mais importante deste País. Então, não dá para entender o que esse governo quer.

Aí, eu chamo a atenção de todos e de todas, de todos os brasileiros, desta Casa, enfim, de todos nós, principalmente aqueles que foram às ruas, muitos lutando para que diminuísse ou que acabasse a corrupção neste País e que foram influenciados por essa direita deste País, pelo Temer, pelo Cunha, pelo Aécio, e, na verdade, o que estava por trás está aí: vão tirar conquistas de trabalhadores, vão tirar conquistas de aposentados, vão tirar conquistas de movimentos sociais. Estava claro que era isso. E o que a gente denunciava era que o golpe era esse. O golpe era contra os trabalhadores. E nós precisamos urgentemente nos contrapor a isso. Não podemos aceitar que um governo provisório, que não é legítimo, venha se apoderar do País, se apoderar dos órgãos deste País e fazer uma transformação para pior, para piorar.

Fica aqui a nossa intervenção no sentido de chamar o povo brasileiro, chamar aqueles que saíram de verde e amarelo nas ruas, chamar os que saíram de vermelho: que todos nós possamos nos contrapor a esse atentado ao povo brasileiro, aos trabalhadores deste País. Em vez de estar propondo sobretaxar as grandes fortunas, as grandes empresas, os grandes negócios que existem neste País, os bancos, o governo vem querer aumentar os impostos para os trabalhadores, vem querer aumentar a contribuição do INSS para os trabalhadores. Então, é um verdadeiro escândalo o que está acontecendo neste País e, quando nós falávamos que era um golpe, muita gente duvidou. É um golpe, e nós precisamos impedir que esse golpe continue.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos que se encontram hoje no plenário, Srs. Deputados.

O que me faz estar aqui hoje foi uma matéria a que, nesse final de semana, assisti pela televisão e que me deixou um pouquinho preocupado, Sr. Presidente. Falava sobre a falta de estacionamento aqui em Brasília e sobre a falta de vagas estar transformando os estacionamentos da cidade em uma grande desordem. Todos nós podemos observar diariamente, pois é um problema que acontece há anos e que, nos últimos tempos, tem piorado muito mais.

Nesse final de semana, assisti a uma matéria que me chamou muito a atenção, pois trata da possibilidade de onerar mais a população do Distrito Federal com a cobrança de estacionamento em alguns lugares com fluxo elevado de carro – uma ideia sugerida pelo presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, com a qual fiquei muito indignado, pois atualmente, em Brasília, há mais de 1 milhão e 600 mil carros registrados, segundo o Detran, ou seja, carros demais e vagas de menos.

Uma alternativa para solucionar esse impasse seria o estacionamento subterrâneo, Deputado Ricardo Vale, mas, neste momento que a economia, o País e a cidade enfrentam, sinceramente, não me parece alternativa viável de forma alguma, pois o investimento é altíssimo, e o retorno aos cofres públicos seria a longo prazo. Outra alternativa, a que mais me chamou a atenção, é a adesão aos estacionamentos pagos, modelo semelhante ao que ocorreu em 2003, quando mais de duas mil vagas foram privatizadas, e era cobrado R\$ 1,90 (um real e noventa centavos) por duas horas. Na época, houve uma grande insatisfação da população, e o GDF acabou suspendendo tal ação.

Mas esse modelo, que onera mais ainda os moradores do Distrito Federal, pode voltar. Essa é a intenção da associação comercial, conforme consta na matéria. Eu fiquei revoltado, porque, na verdade, você imagina que sobra para a população. E geralmente é assim que acontece, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Querem sempre jogar o prejuízo em cima da população. Os empresários acham que é a população que tem de pagar. O Sr. Cleber disse o seguinte: “Poxa! Estamos perdendo clientes!” Poxa! Estão perdendo clientes, mas a população vai ter que pagar a conta?

Então, eu quero dizer que eu sou contrário a qualquer tipo de pagamento de estacionamento. E eu vou lutar para que isso jamais venha a acontecer em Brasília, porque a população não pode pagar o preço, Deputado Delmasso. E quero dizer que isso me deixou muito triste, porque, nessa hora, o que a Associação Comercial do Distrito Federal tem de fazer é dar outros caminhos, não onerar a população do Distrito Federal. Eles até disseram que foi entregue ao Governador, no início do ano, uma carta que sugeria a cobrança de estacionamento. É um absurdo! Eu não consigo admitir que essa ideia tenha vindo da associação comercial.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Eu quero repudiar essa informação e dizer que tenho certeza de que os nobres Deputados jamais permitirão que esta Casa aprove qualquer tipo de oneração para a população.

Era isso que eu queria dizer, porque eu fiquei muito chateado, Sr. Presidente. E jamais podemos deixar que o estacionamento venha a ser cobrado em Brasília. É claro que temos de buscar alternativas, mas a alternativa de cobrar, jamais!

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Julio Cesar.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Em primeiro lugar, eu quero aqui fazer um pedido ao Governador e ao Líder do Governo que está aqui. O Deputado Delmasso falou que tem certeza de que o Governador terá condições para sensibilizar o comitê de governança a pagar o que é devido, dentro do acordo que foi feito com os professores. Eu acho que ele não tem de sensibilizar, eu acho que ele tem simplesmente que mandar pagar, porque ele é o chefe do Poder Executivo. E essa é uma decisão que está nas mãos dele. Eu sou do tempo em que acordo é para ser cumprido. E eu tenho certeza de que o Governador é dessa mesma linha.

Eu quero aqui aproveitar também para dizer que eu discordo de tudo que o Deputado Ricardo Vale colocou aqui. Tanto é que o Presidente Michel Temer chamou as centrais sindicais todas para conversar. Então, não tem que se falar em golpe. Nós tivemos 2/3 do Congresso Nacional e o apoio do Supremo Tribunal Federal para o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Então, quero discordar aqui de 100% – não é 99%, Sr. Presidente, é de 100% – do que foi dito aqui pelo Deputado Ricardo Vale.

Eu quero fazer um alerta aqui, aproveitando a presença de algumas autoridades do governo para dizer que hoje, 17 de maio, foi publicado o Decreto nº 37.336, de 16 de maio de 2016, que “institui a coordenação distrital do pró-funcionário no Distrito Federal, conforme disposto no art. 10, do Decreto Federal nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010”. Eu quero aqui fazer um alerta, Sr. Presidente: que o decreto que o governo soltou hoje é baseado em um decreto federal que foi revogado por um outro decreto de 2016, que dispõe sobre a política nacional de formação dos profissionais da educação básica.

Então, eu quero fazer esse alerta aqui: que o governo publicou hoje um decreto em cima de um decreto federal que já foi revogado. Faço esse alerta ao Governo do Distrito Federal. É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Rafael Prudente. Seguindo a ordem dos inscritos, convido para fazer uso da palavra o Deputado Chico Vigilante.

Deputada Sandra Faraj, V.Exa. vai fazer uso da palavra? (Pausa.) Não? Obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero abordar dois pontos. Primeiro, aos trabalhadores da educação e da saúde que estão sem receber as pecúnias, quero dizer que eu participei de um acordo juntamente com o Sindicato dos Professores para que fosse paga a pecúnia dos trabalhadores.

Portanto, o Governador precisa agora cumprir a palavra dele, porque ele assumiu isso. E não adianta vir dizer que não está escrito, porque a palavra vale muito mais do que a escrita quando quem escreveu não tem palavra.

Eu fiz uma proposta há pouco na Mesa Diretora, e eu quero ir pessoalmente ao Governador Rodrigo Rollemberg pedir o cumprimento do que foi deliberado naquele dia. Vai ter que pagar. Está devendo e tem que pagar.

Dito isso, eu quero me referir ao golpista Michel Temer, traidor. Golpista e traidor. Eu não vou chamá-lo nunca de presidente porque ele não é. O presidente é eleito pelo voto direto de acordo com a Constituição, portanto é um impostor, um golpista.

Havia muita gente falando que eles iriam acabar com o Bolsa Família, que iriam acabar com outros programas sociais, e ainda há gente apoiadora do golpista dizendo que ele não vai acabar com eles.

Eu trago aqui, tenho em mãos a Medida Provisória nº 726, de 2016, publicada dia 12, Deputado Ricardo Vale, que acaba com o Ministério da Ação Social. Eu gostaria que o Deputado que acaba de defender o golpista prestasse atenção. Acaba com o Ministério da Ação Social.

Vou ler. Está na medida provisória, já é lei. Não é projeto, é medida provisória, já está valendo.

Artigo 27, inciso VI:

“Ministério da Indústria, Comércio e Serviços:

- a) política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços;
- b) propriedade intelectual e transferência de tecnologia;
- c) metrologia, normalização e qualidade industrial;
- d) políticas de comércio exterior;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

e) regulamentação e execução dos programas e atividades relativas ao comércio exterior;

f) aplicação dos mecanismos de defesa comercial;

g) participação em negociações internacionais relativas ao comércio exterior”.

Vou ler para os senhores e para as senhoras, e a imprensa que está aqui preste atenção, algo referente ao Ministério do Desenvolvimento Social. Eu acabei de ler sobre o Ministério da Indústria e do Comércio, agora eu vou ler o artigo 27, inciso XIV:

“Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário:

a) política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços;

b) propriedade intelectual e transferência de tecnologia;

c) metrologia, normalização e qualidade industrial;

d) políticas de comércio exterior

e) regulamentação e execução dos programas e atividades relativas ao comércio exterior;

f) aplicação dos mecanismos de defesa comercial;

g) participação em negociações internacionais relativas ao comércio exterior”.

Portanto, eles pegaram *ipsis litteris* o que está reservado para o Ministério da Indústria e Comércio e transcreveram para o Ministério da Ação Social, que incorporou o da Reforma Agrária. Não há uma linha sobre reforma agrária, não há uma linha sobre programas sociais, e o que está valendo é isso. É lei.

Então, eu estou aqui, desta humilde Câmara Legislativa, desta tribuna, para dizer que o golpista acabou com os programas sociais por medida provisória. Eu quero ver como é que o golpista vai aplicar os programas sociais, se não existe mais ministério. Se não há mais lei dizendo isso. Se é o mesmo objetivo do Ministério da Indústria e do Comércio. Quero ver. Alguém me explique.

É a demonstração clara de que o único objetivo deles era dar o golpe para prejudicar os trabalhadores, e hoje já estava o Ministro da Educação, de uma família tradicional de Pernambuco, proprietária de faculdades particulares, dizendo que vão cobrar o ensino nas universidades públicas. Cobrar nas universidades públicas!

Esse é o Michel Temer, que não tem um voto, que não seria eleito vereador em São Paulo, que dá um golpe. O mundo inteiro repudia esse golpe hoje, inclusive com ameaça séria da China e da Rússia de não reconhecer o governo. Aí não vai ter como negociar, e este País vai mergulhar numa crise muito mais profunda ainda.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Portanto, só resta um caminho: restabelecer a democracia e tirar esse impostor do Palácio do Planalto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria a atenção dos Srs. Deputados. Aconteceram alguns vetos ao Projeto de Lei nº 995, de 2016, referente a 33 emendas apresentadas pelos Deputados Julio Cesar, Rafael Prudente, Wasny de Roure, Bispo Renato Andrade, Wellington Luiz, Chico Vigilante, Cláudio Abrantes, Chico Leite e Telma Rufino.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Repetindo: por questão de classificação, por questão técnica, o governo vetou, no projeto 995, algumas emendas colocadas pelos Deputados Julio Cesar, Rafael Prudente, Wasny de Roure, Bispo Renato Andrade, Wellington Luiz, Chico Vigilante, Cláudio Abrantes, Chico Leite e Telma Rufino.

O que eu estou pedindo a esses Deputados é o seguinte: hoje foi lido um projeto de crédito, e nós – a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – vamos abrir para que esses Deputados possam fazer a correção, porque o veto se deu em questão de classificação técnica. O gabinete precisa fazer a correção nesse projeto de crédito para que a gente possa votar na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, na terça-feira, e submeter aqui ao Plenário.

Foram 33 emendas desses Deputados. Então, eu queria fazer um alerta a S.Exas. para que peçam aos seus gabinetes que façam essas correções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, membros da imprensa, volto a esta tribuna hoje para falar de um segundo assunto também muito importante, que foi a manifestação feita por taxistas no ponto de apoio do aeroporto, hoje pela manhã. Os taxistas estavam reivindicando ali, Sr. Presidente, uma efetiva fiscalização contra o transporte pirata que ocorre no aeroporto.

Bem, no ano passado, esta Casa aprovou o Projeto de Lei nº 282, que tratava da regulamentação de transporte feito por taxistas. O Governador do Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Federal vetou o projeto por completo e logo em seguida apresentou um projeto que regulamenta também a utilização de transporte individual particular. Essa regulamentação está em tramitação nesta Casa, houve várias discussões aqui, inclusive na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Já foram realizadas diversas audiências públicas.

O Governador do Distrito Federal, quando anunciou o veto ao projeto, informou que intensificaria a fiscalização contra o transporte pirata; principalmente, Deputado Prof. Reginaldo Veras, contra o transporte pirata feito por carros e o transporte individual feito por carros de passeio. Infelizmente essa fiscalização não tem ocorrido, o que tem prejudicado, e muito, a vida dos taxistas do Distrito Federal. Esses carros piratas acabam tirando os passageiros dos taxistas, e estes perdem as suas corridas. Então, eu quero aqui neste momento manifestar a minha solidariedade, o meu apoio.

Peço também aos nobres Parlamentares que possamos apreciar o veto ao Projeto de Lei nº 282, de 2015, que trata da regulamentação do uso de aplicativos para o transporte individual de passageiros aqui no Distrito Federal. Que a gente aprecie e dê uma resposta à sociedade. Também quero pedir ao Governo do Distrito Federal que tenha sensibilidade. Nosso Governador teve sensibilidade; comprometeu-se com os taxistas por entender que se trata de uma profissão milenar, que se trata de uma profissão que ajuda o desenvolvimento da cidade; comprometeu-se com os taxistas de melhorar a fiscalização.

Portanto, eu quero pedir ao Secretário de Mobilidade que exerça essa fiscalização. Quero pedir não só ao secretário, mas, na realidade, ao Detran, à Polícia Militar, ao Batalhão de Trânsito da Polícia Militar do Distrito Federal, para que possamos melhorar a fiscalização para combater o transporte pirata no Distrito Federal. E, Deputado Prof. Reginaldo Veras, essa questão do transporte pirata já foi matéria de diversos jornais, inclusive foram pegos em flagrante vários motoristas de carros de passeio que estavam pegando passageiros em paradas de ônibus, ainda mais em ponto de táxi.

Então, quero aqui fazer um apelo ao DFTrans, ao Detran, ao Batalhão de Trânsito da Polícia Militar para que nós possamos intensificar a fiscalização para combatermos o transporte pirata no Distrito Federal e valorizarmos, Deputado Prof. Reginaldo Veras, aqueles que estão dentro da lei. Minha solidariedade, meu apoio aos taxistas e meu trabalho em prol deles. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Muito obrigado, Deputado Delmasso.

Continuando os Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Presidente. Primeiro quero agradecer a oportunidade de falar neste momento. Venho à tribuna para honrar o compromisso assumido lá no Colégio de Líderes há pouco, no sentido de fazermos um gesto político para que o Governo do Distrito Federal honre um compromisso assumido com os servidores em geral, e em especial com os servidores da educação. Os professores que se aposentam têm direito à pecúnia, mas não a recebem. E, ao longo de todo esse trajeto, de toda essa caminhada, Deputado Prof. Reginaldo Veras, nós tivemos a oportunidade de conversar com o governo para pôr fim a uma greve que, com justiça, os trabalhadores em educação estavam fazendo, e uma das condições para que isso acontecesse era exatamente o cumprimento da lei que lhes dá o direito à pecúnia. Era isso. Infelizmente, até o presente momento, o governo não honrou esse compromisso.

Então a nossa manifestação, neste momento, é no sentido de que o Deputado Julio Cesar, Líder do Governo nesta Casa, e os representantes do Poder Executivo nesta Casa possam levar ao governo a necessidade de – e não é mais de se estudar nada, Deputado Prof. Reginaldo Veras – fazer o pagamento daquilo que já está reconhecido, fazer com que as pessoas tenham o sossego necessário à sua aposentadoria. Ninguém se aposenta para ficar na obrigação de, todos os dias, fazer manifestação para receber seus direitos. Não é justo, não é honesto da nossa parte obrigar, praticamente, as pessoas a ficarem saindo das suas casas, do descanso da sua aposentadoria para exigir o cumprimento daquilo que está na lei e daquilo que foi acordado.

Então, eu gostaria de que o Deputado Julio Cesar, como Líder do Governo, levasse até o governo a ideia de trazer a notícia de que horas ou qual dia que vai efetivamente fazer o pagamento daquilo que é devido, à semelhança do que nós fizemos, Deputado Julio Cesar, naquele dia em que estivemos no Palácio do Buriti, junto com o Deputado Wasny de Roure, e falamos acerca do pagamento que é devido aos servidores da saúde.

Fica aqui o nosso apelo, ficam aqui as nossas desculpas – até em nome do próprio Governo do Distrito Federal. Eu não tenho autoridade para fazer isso, mas eu acho que o Poder Executivo deve essas desculpas aos servidores, aos trabalhadores da educação, e a desculpa se aperfeiçoa a partir do momento em que efetivamente se cumpre a lei e se cumpre o acordo.

Aí eu aproveito, Sr. Presidente, para pedir que aquela moção de apoio que, parece-me, já foi assinada por quase todos os Parlamentares possa ser incluída na pauta e, se for o caso, tenha a preferência para que a gente possa votá-la o quanto antes.

Obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu recebo as palavras que o nobre Deputado Raimundo Ribeiro falou agora. Eu acho que é muito importante realmente a gente votar. Eu quero dizer também que me solidarizo com o pessoal da educação. Pode contar também com o meu apoio nesta causa tão nobre.

Hoje, Deputado Raimundo Ribeiro, eu também estive conversando com o pessoal da saúde e, logo após a moção ser votada no plenário, nós a estaremos encaminhando. E, realmente, não só entregando a moção, mas também pedindo ao Governador que nos dê uma posição concreta em relação a isso, até porque o pessoal da educação não pode continuar esperando.

Portanto, podem contar com nosso apoio e o nosso empenho na solução desse problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo aos Deputados presentes no plenário.

Nós fizemos uma moção de apoio aos professores aposentados sobre o valor da pecúnia, da aposentadoria em pecúnia que eles não a receberam desde o ano passado. Eu queria pedir aos Deputados presentes que ainda não a assinaram que pudessem assiná-la para que nós possamos encaminhar ao governo e trazer um apoio oficial aos professores nesse sentido.

Obrigada.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a moção já foi protocolada, e eu peço que seja lida e votada aqui ainda hoje nesta sessão. Ela já está protocolada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha solicitação vai no mesmo sentido. Nós temos número, neste momento, em plenário. Portanto, eu peço a V.Exa. que determine a leitura da moção para que possamos votá-la imediatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Deputado Chico Vigilante, acato o pedido de V.Exa. e de outros parlamentares. Nós só estamos procurando o documento aqui, para poder fazer a leitura. Enquanto isso, vamos dar continuidade aos Comunicados de Parlamentares. Assim que resolver aqui, faremos a leitura. Se os Líderes acharem conveniente, a gente aproveita e até já poderá ser votado.

Concedo a palavra ao Deputado Juarezão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que inclua na pauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2015, para votação no dia de hoje, bem como o Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, meu grande amigo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Acato o pedido de V.Exa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que inclua na pauta, para que seja votado ainda hoje, o requerimento de minha autoria que requer realização de audiência pública no dia 15 de junho de 2016, para debater questões econômicas da economia solidária, e o Requerimento nº 1.778, de 2016, que “requer a transformação da sessão ordinária de 18 de agosto de 2016 em comissão geral para debater a situação atual do Banco de Brasília e as estratégias futuras para o seu desenvolvimento”.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Acato o pedido de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria que fosse incluída na pauta a Moção nº 381, de 2016, para votação no dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Acatado.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que os requerimentos de audiências públicas e as moções inclusos na pauta sejam votados todos em bloco. Isso para os requerimentos de audiências públicas, porque há requerimentos de convocação de secretários que precisam de um debate mais qualificado. Então, peço que os requerimentos de audiências públicas e as moções que estão na pauta sejam votados em bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Acato o pedido de V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse incluído na votação de hoje o item nº 143, Projeto de Lei nº 135, de 2015, de minha autoria, porque ele já está há um mês na pauta e não foi votado. Eu gostaria que hoje fosse votado, por gentileza, o projeto sobre o Dia do Síndico.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Já está inserido na pauta, segundo o comunicado da assessoria, e vamos votar.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, professores aqui presentes, eu quero chamar a atenção dos colegas.

Recentemente, a partir de uma denúncia veiculada na imprensa do Distrito Federal, protocolei o Requerimento nº 1.511, de 2016, no qual indagamos como o Governo do Distrito Federal tem processado essas denúncias de irregularidade com relação ao programa Morar Bem. É um programa bastante exitoso, mas o Governador Agnelo não conseguiu alcançar a meta prevista de 100 mil unidades. A



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

contribuição enorme foi inegável. O programa foi coordenado pelo então Secretário Geraldo Magela, à época Deputado Federal.

Sr. Presidente, fiquei bastante preocupado com as denúncias que a mim chegaram e eu fiz esse requerimento. A Codhab mandou uma resposta, a partir da avaliação de uma auditoria implantada no final de 2014, se não me engano, e fizemos toda uma apreciação desse relatório. Várias preocupações ressaltam a nossos olhos sobre essa matéria, a qual é extremamente relevante para a população, pois é uma matéria concernente ao direito à moradia.

O Governo do Distrito Federal, disponibilizando os terrenos com os financiamentos da Caixa Econômica ou do Banco do Brasil, pôde construir alguns milhares de imóveis para a população mais carente do Distrito Federal. Entretanto, o que mais me assusta é o desequilíbrio das inscrições existentes na instituição pública Codhab, e nas chamadas entidades da sociedade civil que cuidam da parte habitacional. Os desequilíbrios são notórios, e não há por que nossos órgãos de controle não adentrarem e aprofundarem esse debate.

Eu não tenho dúvida de que, por mais bem estruturada que seja uma política pública, não venha ocorrer, à margem da própria vontade do governo, essa ou aquela distorção. O que é estarrecedor é não perceber que o Estado procure, a partir das denúncias, a partir dos problemas identificados, criar mecanismos para coibir essa agressão ao uso do dinheiro público. Creio que não há uma cidade em nosso País que tenha sido extremamente condescendente com a população mais carente e tenha feito uma reforma urbana de grande alcance. Várias cidades surgiram, hoje os imóveis são extremamente valorizados e houve grande investimento do Poder Público.

Por isso, torna-se incompreensível não receber, por parte dos órgãos de controle – eu digo Ministério Público, Tribunal de Contas, a própria unidade de controladoria do Governo do Distrito Federal –, um trabalho mais acurado sobre os procedimentos adotados pela Codhab. Esta semana apresentarei ao presidente, o Dr. Gilson Paranhos – diga-se de passagem, um homem notoriamente respeitado por nós que acompanhamos o problema urbanístico de Brasília –, urbanista muito conceituado na nossa cidade, com referência nas entidades da sociedade civil que trabalham a questão do urbanismo. Naturalmente, é algo que transcende simplesmente uma vontade individual, isso ou aquilo outro.

É necessário que esta Casa e os órgãos de controle possam, de maneira sistemática, estabelecer um programa de identificação das necessidades, e também de identificação daqueles que não podem, não devem ou não estão enquadrados nesse conjunto de motivos, para ter direito a um benefício dessa qualidade. Acho que é um programa extremamente importante, entretanto muito mal acompanhado pelos órgãos de controle. Portanto, quero fazer dessa auditoria – já um pouco desatualizada – um processo mais aprofundado, e quero pedir a colaboração do meu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

colega, Deputado Delmasso, Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. Faço um apelo a V.Exa., um apelo à comissão. Nós precisamos criar mecanismos mais aprofundados de identificação de quem necessita, mas também a identificação de quem não necessita por n razões que, muitas vezes, ficam nas chamadas listas gigantescas sem ter possibilidades reais de ser beneficiados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Encerrando, com o último inscrito, o Comunicado de Parlamentares, convido para fazer uso da palavra o Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou igual à Xuxa. Tenho um filminho aí. Deputado Raimundo Ribeiro, eu não tenho nada a ver com a Xuxa? Mas já me disseram que pareço. Quando eu tinha cabelo, parecia.

Deputados, apesar das brincadeiras, esse é um assunto extremamente sério. Eu queria, rapidamente, apresentar um vídeo, até para justificar para alguns que ainda não entendem o porquê da instalação da CPI da Saúde, cujo Relator e proponente é o Deputado Lira. A ideia não é traumatizar ninguém. Colocamos, inclusive, aquilo que é muito corriqueiro, que vemos todos os dias nos hospitais públicos. Eu queria que fosse apresentado esse vídeo, que é muito rápido. Agradeço à Presidência por autorizar.

(Apresentação de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu acho que o vídeo fala por si só. A CPI deve, realmente, ter uma motivação política; a CPI deve ser para o Deputado Lira arrancar cargos do governo ou para o Deputado Wellington Luiz fortalecer o seu candidato do PMDB para 2018. Eu acho que as imagens não falam por si só. Talvez se nós, ou qualquer um aqui dos Parlamentares agora, neste momento, for em qualquer hospital público, eu duvido – eu renuncio ao mandato –, se não vamos encontrar uma situação igual a essa ou pior que essa.

Deputado Delmasso, V.Exa. tem ido a todos os hospitais. Eu desafio qualquer um, aqueles que nos acusam de motivação política, e quero ver se não encontram uma situação dessa todos os dias nos hospitais públicos. E aí eu quero saber se essa CPI tem ou não tem razão de existir, se não é obrigação desse Parlamento fazer a sua parte e defender aqueles que mais precisam.

Nós estamos querendo um mínimo. Nós estamos falando de vidas que estão para nascer e que talvez nem nasçam porque vão morrer por falta de atendimento. Não estamos culpando os médicos, não! Os médicos, os servidores da rede pública, Deputado Juarezão, são tão vítimas – V.Exa. sabe disso porque é da área – quanto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

os pacientes, porque também não têm as mínimas condições de trabalho. Quantos de vocês têm que meter a mão no bolso para manter o hospital, Deputado? Quantos de vocês têm que trabalhar 24 horas por dia para atender as pessoas? É essa a rede pública que nós temos no Distrito Federal e que hoje se encontra piorada. Mas aí a motivação é política! Nós estamos querendo constranger o Governador, chantageá-lo porque não existe nenhuma motivação para se instalar a CPI da Saúde, porque a saúde vai muito bem, Deputado Cristiano Araújo, meu Vice-Presidente!

Sr. Presidente, hoje eu não trouxe ninguém morrendo. Seria até fácil, Deputado Juarezão, trazer alguém morrendo nas filas dos hospitais. Nós trouxemos aqui o que é visto todos os dias, aquilo que é cotidiano na rede pública, na saúde pública do Distrito Federal. Trouxemos isso para mostrar àqueles que ainda nos acusam de motivação política para que tenham o mínimo de consciência e de sensibilidade, senão com os Parlamentares que fazem seu trabalho sério, pelo menos, com a população de Brasília, que merece um tratamento de respeito.

Muito obrigado.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade. Eu só quero colaborar com a falação e com os vídeos que o Deputado Wellington Luiz trouxe.

Infelizmente, nós acompanhamos o problema da saúde. Não precisa ser expert para saber que o problema é grave no sentido de as pessoas estarem sofrendo mesmo. Chega a ser desumano, Deputado Julio Cesar, o tratamento que uma pessoa mais humilde recebe quando chega ao hospital, Deputado Wellington Luiz.

Nós temos uma linha, um plano de trabalho na CPI. Foi sugerido. Nós vamos aprovar os requerimentos, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Vamos começar requisitando todos os relatórios do Tribunal de Contas dos últimos anos para saber onde há os gargalos. Queremos os relatórios das controladorias para saber se houve ou não tomada de contas desses processos. Também os relatórios das unidades de controle interno para sabermos onde nascem os processos, onde estão os gargalos. Nós solicitamos isso.

Queremos analisar a contratação de UTIs, a compra de medicamento de alto custo, medicamentos de alta complexidade. Saber do controle do depósito central, saber quais os medicamentos são pagos por meio de ordens judiciais. Fazer levantamento dos escritórios de advogados que têm vencido essas ações para concessão desses remédios de alta complexidade. Isso é importante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Queremos saber sobre órteses e próteses, que já foi noticiada no início desse governo e vêm sendo compradas normalmente, mesmo já existindo estoque até 2050, como alardeado pela própria imprensa.

A área odontológica é outro gargalo, pois vêm sendo praticadas as mesmas coisas nos últimos anos. A lista de hospitais conveniados. Queremos saber quais são.

Tratamento de hemodiálise, compra ou arrendamento de equipamentos, tomógrafos, raios X, insumos para hemodiálise, parte de hotelaria também, das lavanderias. Então, tem muita coisa a se fazer.

O Deputado Wellington Luiz traz hoje aqui o reflexo do que tem sido a saúde. Mas o reflexo está dentro desses processos aqui que estamos colocando. Então, eu e o Deputado Roosevelt Vilela, que também tem se prontificado a investigar, a ir a fundo na questão, queremos fazer um trabalho diferenciado mesmo. Vamos buscar também oficial a Polícia Civil, o Ministério Público, o Tribunal de Contas para sabermos dos inquéritos que foram feitos, se já existem inquéritos abertos e quais são junto à DECAP – Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Administração Pública.

Então, pretendemos fazer um trabalho sério em prol da saúde. Acho que toda a sociedade sofre, mas nós Parlamentares ainda sofremos um pouco mais, porque nossa responsabilidade ainda é um pouco maior. Se, ao final dessa CPI, nós conseguirmos apresentar sugestões que venham melhorar, apontar onde estão esses problemas, com certeza, esta Casa, não só a CPI, vai ter dado um grande passo em prol da população do Distrito Federal.

Esse é o meu somatório. Peço a V.Exa. que junte o meu pronunciamento à falação do Deputado Wellington Luiz. Na quinta-feira, vamos nos reunir – ficou definido que, em todas as quintas-feiras, nós estaremos reunidos – para aprovar esses requerimentos aqui que eu mencionei a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Cristiano Araújo. Antes de passar a palavra para os Deputados que pediram-na, peço aos Parlamentares que estão no *hall* de entrada ou até mesmo nos gabinetes que desçam, por favor. Nós só temos doze e precisamos de mais um para que o *quorum* permita a votação da moção dos professores, da pecúnia, além dos requerimentos que foram pedidos para serem inseridos na Ordem do Dia.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente. Eu gostaria de fazer um comentário para acrescentar à fala do Deputado Wellington Luiz, à fala do Deputado Cristiano Araújo, que se mostrou muito proativo,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

competente e disciplinado logo na primeira reunião da CPI, na qual já destrinchou vários temas que exigem análise da CPI da saúde.

É importante que deixemos bem claro que a saúde é um dos problemas mais sérios e que aflige não só a população do Distrito Federal, mas a população do Brasil. Esses problemas não vêm ocorrendo da semana passada para cá. Então, temos que deixar claro que é um problema recorrente, que vem de vários anos e que essa gestão tem se proposto a resolver. Eu tenho certeza de que, ao final da gestão atual, vamos conseguir avançar bastante. Deputado Cristiano Araújo, é por meio de trabalhos como o nosso, do trabalho da Câmara Legislativa não só no sentido de politizar e de sensacionalizar o sofrimento da população, mas, sim, por meio do trabalho, que essa CPI vai desenvolver, de fiscalizar e de trazer à realidade o que vem acontecendo, por que a gestão da saúde não destrava e não conseguimos trazer efetivamente benefícios para a população...

Para se ter uma ideia, o Estado de Goiás, todo o Estado de Goiás, investe algo em torno de três bilhões na saúde. O Distrito Federal, que é muito inferior ao Estado de Goiás, tem um orçamento de oito bilhões de reais. Agora, o Goiás teve a coragem de enfrentar e trazer para o seu leque outros modelos de gestão. Brasília deve também enfrentar e discutir a possibilidade de implementação de outros modelos de gestão.

Eu tenho certeza, Deputado Cristiano Araújo, Deputado Lira, nosso Relator na CPI, de que, ao final da CPI, vamos encontrar, não tenho dúvidas, uma série de irregularidades, pois a CPI vem para verificar a gestão de 2011 até a data de hoje. Então, muita coisa vai ser desenterrada. Eu tenho certeza de que vamos conseguir demonstrar para a população que não é só falta de gestão, que existe má-fé, Deputado Cristiano Araújo. Existe má-fé, e nós iremos encontrá-la desde o início.

Está ali o nosso Presidente Deputado Wellington Luiz, que também já demonstrou, na primeira reunião nossa, uma capacidade de liderança, discernimento e equilíbrio emocional, que vai ser muito importante. Claro, não tem postura melhor do que a de um policial para presidir uma CPI como essa.

O Deputado Wellington Luiz, o Deputado Cristiano Araújo, o Deputado Lira e o Deputado Wasny de Roure, que está aqui conosco, são integrantes da CPI da Saúde.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LIRA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu queria parabenizar todos os Deputados que fazem parte da CPI da Saúde. Sabemos que os trabalhos estão apenas se iniciando. Vocês vão encontrar muitas coisas que realmente vão identificar, sem dúvida alguma, os problemas que vem acontecendo na saúde do Distrito Federal. Então, quero desejar boa sorte,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

porque sabemos que, assim como foi na CPI dos Transportes, V.Exas. devem ter fortes emoções nos próximos meses.

Eu queria dizer que eu assisti atentamente ao vídeo que o Deputado Wellington Luiz colocou. Realmente, percebemos aonde a saúde chegou. Mas, para nós sermos justos, eu acho, Deputado Wellington Luiz, que nós tínhamos que começar a colocar os vídeos desde 2007. V.Exa. vem aqui agora e mostra o vídeo atual. Parece que a culpa é só da gestão atual. E uma das situações que dizemos que é uma pena é que nós não conseguimos incluir nessa CPI que fosse realizada desde 2007, porque foi quando, realmente, identificamos muitos problemas. Então, tínhamos que mostrar as imagens desde 2007, 2008, 2011, 2013, 2014, para demonstrar que esse governo de agora herdou um problema antigo, que já vinha acontecendo e, a cada dia que passa, vem aumentando muito mais. Então, acho que, por questão de justiça, nós tínhamos que levantar também essas imagens, para dizermos que é um período longo. Realmente, V.Exas. terão um trabalho gigantesco.

Eu, como Líder do Governo e do nosso Bloco Brasília em Evolução, quero comentar sobre algo que o Deputado disse. Na verdade, o Governo do Distrito Federal queria participar da CPI e brigou até o último dia, que foi na quinta-feira. Nós estivemos aqui, porque nós queríamos participar e também contribuir, porque, tendo um representante do governo na CPI, com certeza, iríamos ajudar muito mais, porque muitos documentos têm que vir da Secretaria de Saúde, e nada como nós participarmos. Então, quando se diz assim: "Ah, porque o governo não queria..." Isso não é uma verdade absoluta. Na verdade, o governo quer participar. Se alguém está dizendo: "Ah, porque o governo está fazendo isso ou deixando de fazer..." Quem está dizendo isso é a imprensa. Em nenhum momento, nós, nenhum Deputado desta Casa que é da base chegou e disse: "Ah, o governo está tentando interferir."

Então, eu acho que temos que colocar os pontos nos "is" para que não fique uma história dúbia, porque, na verdade, o governo tanto quis que lutou para colocar um integrante. E o Deputado Roosevelt Vilela vai nos representar muito bem na CPI.

Deputado Wellington Luiz, eu tenho certeza de que, com a presidência em vossas mãos, V.Exa. vai conduzir de forma brilhante. E, com certeza, vamos identificar os verdadeiros culpados, porque, sinceramente, eu também não aguento mais ver tantos problemas na saúde. Quantas são as pessoas que têm nos ligado aos finais de semana? Acho que V.Exa., também, deve receber muitas pessoas reclamando que não tem isso, não tem aquilo outro. Essa não é a Brasília que queremos. Então, desejo muita sorte a V.Exa., que Deus lhe proteja. E vamos em busca, sim, dos verdadeiros culpados desse caos na saúde. Obrigado.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir aos nobres Deputados que, por gentileza, abram mão do uso da palavra, para podermos entrar em votação, fazer algumas votações, porque o *quorum* já está quase caindo de novo.

Temos a moção com os representantes do Sinpro, e precisamos votá-la hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Pergunto se os Parlamentares que estão inscritos estão dispostos a abrir mão do uso da palavra.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só queria fazer uma referência rápida, porque é importante que saibamos que o caos na saúde, no Distrito Federal, é bem sistêmico. É sistêmico a partir do momento em que qualquer gestão, Deputado Wellington Luiz, deixa de investir na Atenção Primária à Saúde. Vocês vejam, por exemplo, que o Secretário de Saúde esteve na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle e demonstrou, em um relatório, Deputado Roosevelt Vilela, que, no ano passado, nós tínhamos destinados para a Atenção Primária à Saúde 175 milhões de reais, mas só foram executados 25 milhões. E houve uma alteração de quase cem milhões de reais para outras áreas.

Então, o grande problema da Saúde... Aqui eu quero citar que, na época do Governador Roriz, o então Secretário era o médico e Deputado Federal Jofran Frejat, que implementou essa visão, construindo os centros de saúde e fortalecendo as Equipes de Saúde da Família, que naquela época não existiam. Na terceira gestão do Roriz, ele implementou as Equipes de Saúde da Família. Então, na realidade, o problema da saúde é sistêmico. É necessário que a CPI se aprofunde, principalmente, Deputado Wellington Luiz, na questão da execução da Atenção Primária à Saúde, que tem sido deixada de lado. A falta de investimentos na Atenção Primária à Saúde tem sucateado os hospitais e os centros de saúde do Distrito Federal. Era só essa a minha intervenção.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito rápido, até para que possamos votar.

Primeiro, temos consciência de que esse problema não é de agora. A CPI vai se aprofundar na raiz do problema. Desde o primeiro momento, deixamos isso bem claro, e fico muito à vontade, porque todo mundo sabe que eu fui um dos Deputados que defendeu a representatividade dos partidos, inclusive do Deputado Roosevelt



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Vilela, que é da base do governo, do partido do governo. Quando apresentamos um vídeo aqui, Deputado Julio Cesar, é para demonstrar o que está acontecendo no momento, que é fato, que é verdade. Nós, Deputados, não podemos nos furtar a isso. Mas é verdade quando V.Exa. diz que esse problema vem do passado. E de novo eu fico confortável para falar sobre isso, porque, no governo passado, o meu partido estava à frente do governo. Estamos investigando, inclusive, esse período. Antes, o meu partido não estava. Não estamos nos furtando dessa responsabilidade, mas nem por isso podemos deixar de apontar um problema grave como esse que foi visto no vídeo. Não podemos deixar de enxergar o que é óbvio: existe um problema. E o Deputado Roosevelt Vilela apontou bem: nós temos oito bilhões. Se temos todo esse dinheiro à nossa disposição, é injustificável que tenhamos ainda uma saúde no caos em que se encontra.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Encerrados os Comunicados de Parlamentares e as questões de ordem, dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens de nºs 1 a 137, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições e os itens extras. (Pausa.)

Todos de acordo, já que ninguém se manifestou.

Consulto os Líderes também se há acordo para votar os requerimentos e as moções em bloco, pelo processo nominal. (Pausa.)

Creio que, como ninguém se manifestou, há acordo.

Passamos, então, para a Ordem do Dia.

Item nº 143:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 135, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que "institui e inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia do Síndico".

Só quero lembrar que ainda não estamos na votação dos requerimentos e das moções, que serão votados depois.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 147:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 356, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal junto ao Comandante-Geral da Polícia Militar do DF, no sentido de conceder elogio aos militantes que especifica”.

Item nº 148:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 357, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal junto ao Comandante-Geral da Polícia Militar do DF, no sentido de conceder elogio aos militares que especifica”.

Item nº 149:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 358, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal junto ao Comandante-Geral da Polícia Militar do DF, no sentido de conceder elogio aos militares que especifica”.

Item nº 150:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 359, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor ao fotógrafo brasileiro Mauricio Lima, premiado com o Pulitzer 2016”.

Item nº 151:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 360, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor ao Senhor Astrogildo Lima Franco, pela posse como membro da Academia Brasileira de Cerimonial e Protocolo – ABCP”.

Item nº 152:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 361, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de pesar à família do Pastor Jorge Neves da Mata, pelo seu falecimento”.

Item nº 153:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 362, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor à Cooplem Idiomas pela inauguração de mais uma unidade de ensino”.

Item nº 154:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 363, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor e congratulação aos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

atores e atrizes da Companhia de Teatro Língua de Trapo, de Planaltina, pelo belíssimo trabalho desenvolvido no decorrer dos anos”.

Item nº 155:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 366, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que “que repudia a Proposta de Emenda Constitucional – PEC protocolada no Senado Federal, cuja intenção é permitir a antecipação de eleições para a Presidência da República, para este ano de 2016”.

Item nº 156:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 367, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, por ato de bravura, o 1º Sgt. Darley Nunes Machado, Mat. 16.238/0, da Polícia Militar do Distrito Federal”.

Item nº 157:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 368, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Mestre Julio Celso Noguchi, Diretor Acadêmico da Unidade de Águas Claras, do Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN”.

Item nº 158:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 369, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Professor Doutor Yugo Okida, Reitor do Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN”.

Item nº 159:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 370, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Professor João Bacelar Portela Filho, Gestor da Unidade de Águas Claras do Centro Universitário UNIEURO”.

Item nº 160:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 371, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Professor Doutor Edson Luiz Zangrando Figueira, Reitor do Centro Universitário Euro Americano – UNIEURO”.

Item nº 161:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 372, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “manifesta votos de louvor e homenageia Lideranças Comunitárias da Região Administrativa de Águas Claras – RA XX, que especifica, pelos excelentes serviços prestados à comunidade de Águas Claras”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Item nº 162:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 374, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “parabeniza e manifesta votos de louvor aos enfermeiros e técnicos em enfermagem, pelos relevantes serviços prestados no Distrito Federal e em comemoração pelo seu dia”.

Item nº 163:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 375, de 2016, de autoria de vários Deputados, que “manifesta apoio aos servidores da carreira de assistência à educação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 377, de 2016, de autoria dos Deputados Rafael Prudente e Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza as pessoas que menciona pelos relevantes serviços de segurança contra incêndio e pânico, prestados à sociedade pública e empresarial no território nacional, vinculados ao Instituto Nacional de Desenvolvimento da Profissão de Bombeiro Civil – INADEBOP/INBC”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 378, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal junto ao Comandante-Geral da Polícia Militar do DF, no sentido de conceder elogio aos militares que especifica”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 379, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal junto ao Comandante-Geral da Polícia Militar do DF no sentido de conceder elogio ao militar Regis Claudio Alves da Silva”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 380, de 2016, de autoria de vários Deputados, que “manifesta apoio e solidariedade aos aprovados no concurso para o cargo de agente de polícia da Polícia Civil do Distrito Federal, no sentido de que o Governo do Distrito Federal promova a prorrogação do prazo de validade do referido certame”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 381, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que manifesta votos de louvor e homenageia lideranças comunitárias da Região Administrativa do Riacho Fundo II – RA XXI que especifica, pelos excelentes serviços prestados à comunidade do Riacho Fundo II”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 382, de 2016, de autoria de vários Deputados, que “manifesta apoio aos servidores da carreira de professores e orientadores educacionais aposentados da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, no sentido de que o Governador do Distrito Federal realize o pagamento da pecúnia da licença prêmio dos professores e orientadores educacionais, referente ao período de julho de 2015 a maio de 2016”.

Item nº 164:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.650, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer à Comissão de Assuntos sociais – CAS a realização de audiência pública para discutir a situação dos adolescentes atendidos pelo Sistema de Atendimento Socioeducativo”.

Item nº 165:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.719, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “requer a transformação da sessão plenária do dia 19 de maio de 2016 em comissão geral para debater a PELO 35/2016 e o PL 759/2015”.

Item nº 166:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.724, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “requer a realização de audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 20 de maio, às 15 horas, no auditório da CLDF, para debater sobre a reforma e construção das pistas de Skate no DF”.

Item nº 167:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.741, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que “requer a realização de audiência pública no dia 16 de junho, às 19 horas, no plenário, para discutir sobre a prática de maus-tratos a animais”.

Item nº 168:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.742, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que “requer à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT, realização de audiência pública no dia 10 de junho, às 15 horas, no plenário, para debater sobre a restauração ambiental do córrego do Guará”.

Item nº 169:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.743, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “requer a realização de audiência pública no dia 23 de agosto, às 10h, no plenário desta Casa, com o fim de debater a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

concessão do benefício auxílio-saúde, no valor de R\$ 200,00, atribuído à Carreira do Magistério Público, por meio da Lei nº 4.862/2012, e denegado à Carreira de Assistência à Educação”.

Item nº 170:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.694, de 2016, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “requer a retirada de tramitação e o consequente arquivamento do Projeto de Lei nº 349, de 2011”.

Item nº 171:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 315, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “requer a realização de sessão ordinária externa, em Águas Claras – RA-XX, dentro do projeto Câmara em Movimento”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.758, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer a realização de audiência pública para debater os problemas e necessidades dos ocupantes do Mercado Sul, em Taguatinga”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.759, de 2016, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “requer a realização de audiência pública no dia 06 de junho de 2016, às 10 horas, para debater sobre a violência contra mulher”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.766, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que “requer a realização de audiência pública no dia 31 de maio de 2016, às 19h, na sede da Associação dos Amigos do Jardim Mangueiral, localizada na Avenida Regional, Comércio Local 02, Lote 06, Jardim Mangueiral, para debater sobre melhorias na infraestrutura de equipamentos e serviços públicos naquele local e o desenvolvimento de projetos sociais e de sustentabilidade que venham a proporcionar melhor qualidade de vida àquela população”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.767, de 2016, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “requer a realização de audiência pública em 30 de junho de 2016, na Quadra Coberta nº 61 de Itapoã, ao lado do Restaurante Comunitário, para debater sobre o desmembramento das linhas de ônibus e a construção do Terminal Rodoviário de Itapoã”.

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.777, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “requer a realização de audiência pública no dia 15 de junho de 2016 para debater questões da economia solidária e artesanato no Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.778, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “requer a transformação da sessão ordinária de 18 de agosto de 2016 em comissão geral para debater a situação atual do Banco de Brasília – BRB e as estratégias futuras para o seu desenvolvimento”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando as moções e os requerimentos em bloco; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

 <p>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016</p> 	DATA: 17/05/2016
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------

MOÇÕES Nº	356/2016; 357/2016; 358/2016; 359/2016; 360/2016; 361/2016; 362/2016; 363/2016; 366/2016; 367/2016; 368/2016; 369/2016; 370/2016; 371/2016; 372/2016; 374/2016; 375/2016; 377/2016; 378/2016; 379/2016; 380/2016; 381/2016; 382/2016
REQUER Nº	1.650/2016; 1.719/2016; 1.724/2016; 1.741/2016; 1.742/2016; 1.743/2016; 1.694/2016; 315/2015; 1.758/2016; 1.759/2016; 1.766/2016; 1.767/2016; 1.777/2016; 1.778/2016;
AUTORIA:	VÁRIOS DEPUTADOS
	TURNO ÚNICO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
7	DELMASSO	PTN	1					
8	JUAREZÃO	PSB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	PSB				1		
13	PROF. ISRAEL	PV				1		
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
RESULTADO			13	0	0	11	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADOS	
13	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
11	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
13	QUÓRUM VOTANTE


 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA SANDRA FARAJ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Os requerimentos e as moções estão aprovados.

Apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar e outros, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Exmo. Sr. Dr. Adilson Alves da Silva”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília à Sra. Clotilde Chaparro Rocha”.

Consulta os Líderes se há acordo para votar os projetos de decreto legislativo em bloco pelo processo nominal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou votar, mas eu devo dizer que nós temos entendimento de que só votamos aqui proposição de quem está em plenário. Nós votamos agora uma série de moções e requerimentos de quem não estava em plenário e vamos votar de novo os de quem não está em plenário. Portanto, não quero mais votar isso. Vou votar esses e não mais.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concordo com V.Exa., Deputado Chico Vigilante, mas, como já houve o acordo, vamos à votação.

Em discussão os projetos de decreto legislativo, em bloco. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os projetos de decreto legislativo; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 12 votos favoráveis, 1 abstenção. Houve 11 ausências.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ver com os Deputados a possibilidade de votarmos três projetos que temos na pauta, aproveitando que os Deputados estão aqui na Casa. Eu queria pedir a V.Exas. que os votássemos rapidamente, até para prestigiar os Deputados, se V.Exas. permitirem, claro.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Eu gostaria de fazer uma retificação, tanto do resultado, quanto dos votos.

Os dois projetos são de concessão de título de cidadão honorário. Todos sabem da minha tradição: eu me abstenho em todas essas votações, mas, para que seja aprovado, há necessidade de 13 votos favoráveis, de tal maneira que, com a minha abstenção, os dois projetos seriam rejeitados. Eu vou abrir mão da minha tradição e peço à taquigrafia que corrija o meu voto. Eu vou votar pela aprovação, em respeito às pessoas que estão recebendo o título, ainda que eu não concorde com esse procedimento legislativo. Mas fica o recado: as pessoas têm de aparecer em plenário para aprovar os seus próprios projetos.

Então, retifico o meu voto de abstenção para sim e proclamo o resultado final.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: os projetos de decretos legislativos foram aprovados com 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Estão aprovados.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que está sendo incluído um projeto de lei de autoria do Deputado Julio Cesar e de outros Deputados, eu queria propor que quem estiver presente também inclua seus projetos, e então votamos todos, ou então votamos apenas o que foi acordado, porque senão, ao final do semestre, teremos Deputados com dez projetos, e outros com um. Assim não fica equânime.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2016	16h45min	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Então, é bom que se faça inclusão dos projetos de todos para que possamos votar e seguir a tradição da Casa.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não temos *quorum*. Temos apenas doze Deputados. Portanto não temos condições de continuar.

Sr. Presidente, o Deputado Chico Vigilante voltou, agora somos treze.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ia dizer isto: ele voltou, ele voltou novamente! Agora temos condições de votar.

DEPUTADO JULIO CESAR – Então, nós poderemos votar, pois temos 13 Deputados.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Não, não há problema algum. Da minha parte, pode votar.

DEPUTADO JULIO CESAR – Então, eu acho que é com o do Deputado Delmasso que começa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, então V.Exa. acata a minha solicitação e inclui o meu projeto também?

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Olha, não temos mais *quorum*, a Deputada Sandra Faraj tem um compromisso e comunicou a esta Presidência que está de saída. Então, não havendo mais *quorum* suficiente para darmos continuidade à votação, declaro encerrada esta sessão ordinária. Vamos todos em paz.

(Levanta-se a sessão às 18h40min.)